



Laudo de Avaliação

Econômico- Financeiro

Planalto Solar Park S.A

Estritamente privado e confidencial

Data-base: 31/12/2025

Preparador por:

 **TSC Advisory**

Aos Administradores

Companhia Celg de Participações – CELGPAR
Rua 88-A, nº 116, Quadra F-37, Lotes 12, 13,14 e 16, Setor Sul
CEP: 74085-020 Goiânia – GO

Prezados Senhores,

Blumenau, 28 de janeiro de 2026

De acordo com os termos estabelecidos em nossa proposta técnico-comercial firmada em 29/12/2025, apresentamos o resultado da avaliação econômico-financeira elaborada para estimar o valor justo da PLANALTO SOLAR PARK S.A. ("Empresa Avaliada" ou "Companhia"), com data-base em 31/12/2025, para fins de distribuição de lucros in natura aos acionistas da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR.

Esta avaliação foi elaborada em estrita conformidade com a ICPC 07 (R1) – Distribuição de Lucros in Natura, aprovada pela Resolução CVM nº 123/2022 (que revogou a Deliberação CVM nº 617/2009), com fundamento no item 11 da norma ("mensurar o passivo pelo valor justo dos ativos a serem distribuídos"). Complementarmente, observam-se os princípios do Pronunciamento Técnico CPC 46 (Mensuração do Valor Justo) e as diretrizes do *International Valuation Standards Council* (IVSC).

O presente laudo tem por finalidade exclusiva subsidiar o reconhecimento contábil da obrigação por dividendos in natura (item 10 ICPC 07) e eventual ganho/perda no resultado na liquidação (item 14), no contexto da operação societária de distribuição das quotas/ações da Planalto aos acionistas da CELGPAR.

As análises e conclusões aqui contidas são estritamente aplicáveis à finalidade indicada, não devendo ser utilizadas para outros propósitos (tributário, regulatório, societário ou legal) sem prévia autorização escrita da TSC Advisory.

Eventuais fatos relevantes subsequentes à data-base poderão impactar os resultados apresentados.

Tatiane Schmitz

Contadora CRC SC 038070/O-0 T-GO

TSC Advisory CRC SC 012889/O

Sócia-Fundadora & Responsável Técnica

ÍNDICE

01 Sumário Executivo

02 Avaliador

03 Metodologias de Avaliação

04 Contexto setorial e da Companhia

05 Premissas de avaliação e resultados

06 Anexos

Declarações de Responsabilidade, Limitações e Escopo

A **TSC Advisory** declara que este trabalho foi conduzido de forma independente, com total autonomia técnica e metodológica, em conformidade com os princípios éticos da profissão, normas contábeis e de avaliação vigentes no Brasil, em especial:

- ICPC 07 (R1) – Resolução CVM nº 123/2022 (Distribuição de Lucros in Natura);
- Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo;
- Diretrizes do IVSC – *International Valuation Standards Council*;
- ABNT NBR 14.653-1 – Avaliação de Bens: Parte Geral (quando aplicável);
- Código de Ética Profissional do Contador e normas do CFC/CRC.

As análises e estimativas aqui apresentadas baseiam-se em informações econômico-financeiras, societárias, operacionais e estratégicas fornecidas pela administração da CELGP/Planalto, complementadas por dados públicos setoriais (ABSOLAR, ANEEL, EPE), relatórios de mercado e fontes consideradas confiáveis à data da avaliação (31/12/2025). A veracidade, completude e consistência dessas informações são de responsabilidade exclusiva de seus emissores.

Este relatório não constitui opinião legal, tributária ou contábil e não deve ser utilizado para finalidades distintas daquelas aqui expressamente indicadas – distribuição de lucros in natura nos termos da ICPC 07 –, salvo com prévia autorização escrita da TSC Advisory. O trabalho não compreendeu auditoria, revisão limitada ou quaisquer procedimentos de assecuração sobre demonstrações contábeis, projeções ou documentos fornecidos.

O escopo desta avaliação está restrito à mensuração do valor justo econômico da totalidade das ações da Planalto Solar Park S.A. (Equity Value), conforme metodologia Fluxo de Caixa Descontado (DCF) detalhada adiante, considerando premissas de continuidade operacional, ausência de passivos contingentes relevantes não informados e não ocorrência de eventos subsequentes materiais à data-base.

Não assumimos responsabilidade por decisões de investimento, transações societárias ou atos administrativos baseados neste relatório. Seu uso fica restrito à finalidade indicada, sendo confidencial e vedada reprodução parcial.

SUMÁRIO EXECUTIVO

01

Panorama Geral da Avaliação

Este sumário executivo apresenta uma visão consolidada dos principais aspectos econômico-financeiros relacionados à avaliação da **Planalto Solar Park S.A.**, com foco na estimativa do valor justo da companhia para distribuição de lucros in natura aos acionistas da CELGP, nos termos da ICPC 07 (R1) – Resolução CVM nº 123/2022.

Foram observadas as práticas consagradas de valuation, considerando premissas macroeconômicas, setoriais e específicas do negócio, bem como as diretrizes contábeis e normativas aplicáveis, conforme detalhado nas seções seguintes deste relatório.



SUMÁRIO EXECUTIVO

Este laudo técnico apresenta o resultado da avaliação econômico-financeira da **Planalto Solar Park S.A.**, com data-base em **31/12/2025**, elaborada para fins de distribuição de lucros in natura aos acionistas da CELGPARG, nos termos da ICPC 07 (R1) – Resolução CVM nº 123/2022.

A metodologia adotada baseou-se no método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), utilizando premissas consistentes com a realidade operacional da empresa e com projeções econômico-financeiras fornecidas pela sua administração, ajustadas com base em análises setoriais e macroeconômicas. O custo de capital (WACC) foi estimado considerando as características de risco do negócio, estrutura de capital-alvo e dados de mercado compatíveis com o perfil da companhia.

A avaliação considerou, ainda, a aplicação de procedimentos de análise de sensibilidade, de modo a mensurar os impactos potenciais de variações nas premissas utilizadas sobre o valor da companhia.

Resultado: O valor justo econômico da companhia (Equity Value), considerando perpetuidade operacional e riscos inerentes, foi apurado em **R\$ 57.392 mil**, a ser utilizado para reconhecimento do passivo por dividendos (item 10 ICPC 07).

Este laudo deve ser interpretado à luz do escopo exclusivo de distribuição in natura, das limitações informacionais explicitadas e premissas detalhadas, não devendo ser utilizado para outras finalidades (precificação tributária, disputas judiciais, mensuração contábil ou valor de mercado) sem adequação técnica prévia.

O quadro abaixo demonstra o resultado obtido para a avaliação econômico-financeira de 100% das ações da Companhia no DCF na data-base de 31 de dezembro de 2025.

Avaliação Econômico-Financeira
Data-base: 31/12/2025

Valor justo (BRL mil)	WACC-Δ	WACC	WACC+Δ
Tx Desconto: WACC [% a.a]	12,57%	13,57%	14,57%
VP Fluxos de caixa projetados	10.462	8.940	7.591
VP Fluxos de caixa (Enterprise Value)	10.462	8.940	7.591
Ativos e passivos não-operacionais	48.453	48.453	48.453
Ajustes não operacionais	48.453	48.453	48.453
Equity Value 100% da Companhia	58.914	57.392	56.044

A taxa de desconto foi calculada com base no WACC e estimada em 13,57% ao ano em termos nominais, conforme cálculo demonstrado no final do relatório. Esse resultado obtido com base no DCF está baseado no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia, com base no plano de negócios da administração.

AVALIADOR

02

TSC Advisory

Esta seção apresenta a TSC Advisory, empresa responsável pela condução técnica da avaliação econômico-financeira da Planalto Solar Park S.A..

O presente trabalho foi desenvolvido com base em informações financeiras, projeções operacionais e documentos societários disponibilizados pela companhia, bem como em dados públicos e premissas de mercado.



AVALIADOR

Informações sobre o Avaliador

A TSC Advisory é uma consultoria independente, criada com o propósito de prestar serviços de auditoria, consultoria contábil, tributária, trabalhista e soluções econômico-financeiras, com enfoque em valuation, due diligence, laudos técnico-contábeis e consultoria estratégica, buscando transformar informações financeiras em clareza, segurança e suporte à tomada de decisão para seus clientes.

No âmbito deste trabalho, a TSC Advisory atua como avaliadora independente, responsável pela condução da análise econômico-financeira e pela elaboração deste laudo de avaliação.

Os trabalhos são conduzidos em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial aquelas aplicáveis aos serviços de auditoria, consultoria e trabalhos de assecuração, bem como com as melhores práticas de avaliação de empresas usualmente adotadas no mercado, observando princípios de independência, objetividade, confidencialidade e competência técnica. Não há qualquer conflito de interesse que represente risco a independência necessária à realização do presente trabalho.

TSC Advisory

• CRC SC-012889/O | CNAI PJ 000315

Endereço: Blumenau – SC, CEP 89037-500

A TSC Advisory atua neste trabalho por intermédio de sua responsável técnica:



Tatiane Schmitz

CRC 038070/O-0

Contadora – CNAI 5006

Especialista em Avaliação de Empresas

Telefone: (47) 99217-6721

E-mail: tatiane@tscadvisory.com.br

Possui experiência profissional consolidada na condução de trabalhos de auditoria independente, consultoria contábil, fiscal e trabalhista, due diligences e avaliações econômico-financeiras (valuation), com atuação junto a empresas de pequeno, médio e grande porte, em diferentes setores da economia. Sua experiência considerou projetos em empresas como: Energisa, EFD, EDP Brasil, Grupo Santa Maria e Engie.

Ao longo de sua carreira, exerceu funções de coordenação e liderança técnica em projetos de auditoria e consultoria, incluindo a elaboração e revisão de demonstrações contábeis, laudos de avaliação, auditoria interna, bem como a condução de processos de due diligence em operações de aquisição, fusão e reorganização societária.

METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO

03

Fluxo de Caixa Descontado (DCF)

Neste capítulo, apresentamos a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, adotada por sua capacidade de refletir, de forma fundamentada, o valor econômico de uma empresa com base na geração futura de caixa, ajustada ao risco e ao tempo. Essa abordagem é especialmente recomendada quando há disponibilidade de informações confiáveis para projeções e quando o negócio opera sob premissas de continuidade, como é o caso da companhia avaliada.



METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO

Justificativa da Metodologia de Avaliação

O método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD) foi adotado como metodologia principal para determinação do valor justo da Planalto Solar Park S.A., por se revelar o mais adequado à natureza do negócio e às premissas da ICPC 07 (R1) – Resolução CVM nº 123/2022.

Métodos alternativos foram devidamente considerados e rejeitados pelos seguintes motivos técnicos:

a) Múltiplos de Mercado (EV/EBITDA, EV/Sales, P/E)

Inaplicável devido à ausência de negociação pública das quotas da companhia e à inexistência de comparáveis diretos no nicho específico de convênios públicos de geração distribuída (GD) com entes governamentais, que representam apenas 3% do mercado solar brasileiro.

b) Patrimônio Líquido Contábil

O valor contábil não reflete adequadamente o valor econômico intrínseco dos ativos operacionais, uma vez que:

- Desconsidera ativos intangíveis estratégicos representados pelos convênios de 25 anos com SEDUC (70,02%), UEG (11,90%) e CEASA-GO (17,74%);
- Não incorpora fluxos de reembolso corrigidos por IPCA (PMC estabilizada em R\$ 733 mil/mês);
- Ignora o horizonte de geração contratada (36.523 MWh/ano inicial, degradação controlada 0,55% a.a.);
- Subestima a perpetuidade operacional das UFVs enquadradas como GD I (Lei 14.300/2022).

c) Valor de Mercado de Quotas

Não aplicável ante a ausência de mercado secundário para as quotas da companhia.

d) Transações Recentes

Não identificadas operações de mercado comparáveis no segmento de convênios públicos GD com estrutura de reembolso integral de CAPEX/OPEX.

Conclusão: Diante das características únicas da companhia – contratos públicos longevos, receita 100% indexada e risco contraparte pública – o FCD constitui o método tecnicamente mais robusto e alinhado às normas contábeis vigentes.

METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO

Fluxo de Caixa Descontado

O método do Fluxo de Caixa Descontado (Discounted Cash Flow – DCF) foi adotado como abordagem principal para a estimativa do valor justo econômico da Planalto Solar Park S.A., por se tratar de metodologia amplamente aceita pelas normas contábeis (ICPC 07/CVM 123, CPC 46), financeiras e regulatórias, reconhecida por sua capacidade de capturar o valor intrínseco de negócios baseados em geração futura de caixa operacional.

O DCF fundamenta-se no princípio de que o valor de uma empresa equivale ao valor presente dos fluxos de caixa livres que ela será capaz de gerar ao longo de seu ciclo de vida econômico, descontados por uma taxa (WACC) que reflete adequadamente os riscos específicos do negócio, estrutura de capital e ambiente macroeconômico. Trata-se de abordagem alinhada ao conceito de valor econômico agregado (EVA) e às premissas de continuidade operacional.

A escolha justifica-se pela natureza madura da operação da companhia, caracterizada por:

- Receita 100% contratada via convênios públicos (SEDUC 70,02%, UEG 11,90%, CEASA 17,74%);
- Horizonte explícito de 25 anos (fev/2050) dos convênios firmados;
- Disponibilidade de projeções (PMC R\$ 733 mil/mês corrigida IPCA).
- Adicionalmente, o método permite incorporar particularidades estruturais como reembolso integral CAPEX/OPEX, risco regulatório GD (PLP 182/2025) e eficiência de geração (36.523 MWh/ano inicial).

Adequação Técnica do FCD

O Fluxo de Caixa Descontado revela-se especialmente apropriado por:

- Capturar fluxos contratuais previsíveis e de longo prazo (25 anos dos convênios UEG/SEDUC/CEASA);
- Incorporar risco específico do negócio via WACC customizado (β setorial + spread regulatório);
- Compatibilizar-se com as exigências da ICPC 07/CVM 123, que preconiza a mensuração pelo valor justo (CPC 46);
- Permitir análise de sensibilidade robusta às premissas críticas (WACC, IPCA, Reforma Tributária PLP 182/2025).

CONTEXTO SETORIAL E DA COMPANHIA

04

Geração de Energia Solar

Esta seção apresenta o contexto setorial da geração distribuída fotovoltaica (GD solar) no Brasil, com foco nas particularidades regulatórias e operacionais que influenciam diretamente a performance e o valor de ativos contratados com entes públicos.

O objetivo é oferecer uma visão integrada da posição estratégica da companhia dentro do mercado solar brasileiro e de seu modelo de operação baseado em eficiência energética pública, elementos essenciais para a análise econômico-financeira apresentada nas seções subsequentes.



CONTEXTO SETORIAL E DA COMPANHIA

Visão Geral do Setor de Energia Solar Fotovoltaica no Brasil

O setor de energia solar fotovoltaica no Brasil vem consolidando sua posição como pilar estratégico na matriz energética nacional. Impulsionado por avanços tecnológicos, pressões regulatórias e compromissos internacionais de descarbonização, o país se posiciona como 5º maior mercado global de energia solar, com 62 GW de capacidade instalada em novembro de 2025, dos quais 43 GW estão na modalidade de Geração Distribuída (GD).

A energia solar tornou-se a fonte de maior crescimento proporcional na matriz elétrica, respondendo por 5,6% da geração nacional e por 13% do consumo cativo das distribuidoras, segundo dados da ANEEL e ABSOLAR. Essa expansão vem acompanhada de:

- Um aumento significativo no número de sistemas instalados (>3,4 milhões),
- Um volume acumulado de investimentos da ordem de R\$ 280 bilhões,
- Geração de 1,8 milhão de empregos diretos e indiretos,
- Arrecadação de R\$ 87 bilhões em tributos desde 2012.

Estrutura e Segmentação da Geração Distribuída (GD)

A Geração Distribuída (GD) caracteriza-se por permitir que consumidores gerem sua própria energia elétrica, normalmente por meio de fontes renováveis, conectando-se à rede da distribuidora local. O Brasil regula a GD desde a Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012, posteriormente consolidada e expandida pela Lei nº 14.300/2022, que instituiu o Marco Legal da Geração Distribuída.

A GD é subdividida nos seguintes modelos:

- Autoconsumo local (unidade única),
- Autoconsumo remoto (diversas unidades de mesmo titular),
- Geração compartilhada (consórcios e cooperativas), Empreendimento com múltiplas unidades consumidoras (EMUC).

CONTEXTO SETORIAL E DA COMPANHIA

Dinâmica de Crescimento e Tendências

O setor de energia solar no Brasil apresenta forte **momentum de crescimento**, com taxas de expansão consistentes nos últimos anos. A capacidade instalada da GD Solar praticamente dobrou entre 2022 e 2024:

Ano	GD Solar (GW)	Centralizada (GW)	Total (GW)	Crescimento (%)
2022	18,1	8,5	26,6	+50%
2024	35,0	15,0	50,0	+88%
2025	43,0	19,0	62,0	+24%
2026	51,6	24,0	75,6	+22%

As projeções indicam expansão contínua, embora com ritmo de crescimento moderadamente decrescente, refletindo a saturação relativa de alguns nichos e o ajuste de políticas públicas pós-2027. Entre os principais drivers de crescimento, destacam-se:

Motivadores Estruturais

- Redução de CAPEX: Preço dos sistemas solares caiu mais de 70% desde 2012.
- Economia de escala e padronização: Produção em massa e projetos replicáveis tornam a GD mais competitiva.
- Payback atrativo: Projetos privados alcançam retorno em 3 a 5 anos.
- Pressões ESG: Governos e empresas adotam metas de carbono neutro, impulsionando a adoção da energia solar.
- Marco Legal da GD: Garante estabilidade jurídica e previsibilidade regulatória, principalmente até 2045 para projetos GD I.

CONTEXTO SETORIAL E DA COMPANHIA

Riscos Regulatórios e Restrições

Apesar do ambiente favorável, o setor enfrenta riscos importantes no horizonte 2026+, com destaque para:

Risco / Restrição	Impacto Potencial	Status 2026
Reforma Tributária (PLP 182)	Tributação de 9% a 28% sobre equipamentos e sistemas	Alta – Fim dos incentivos ICMS/PIS-COFINS até 2027
Fim de incentivos à GD	Autoconsumo acima de 1 MW pode perder subsídios	Médio-alto
Saturação da rede (<i>curtailment</i>)	Perdas por excesso de geração em horários de pico	Baixo-médio (sob consulta MME)
Pressão das distribuidoras	Propostas para restringir atuação de subsidiárias em GD	Em tramitação legislativa
Juros altos e câmbio	Aumento de custo de CAPEX importado	Médio

Para a Planalto, esses riscos têm impacto moderado, dada sua blindagem contratual e enquadramento legal como GD I, que garante os benefícios até 2045, independentemente de mudanças posteriores.

Ambiente Competitivo e Barreiras de Entrada

O mercado brasileiro de GD é caracterizado por:

- Baixa concentração: Milhares de players, desde pequenos integradores até grandes grupos energéticos.
- Concorrência intensa no varejo (residencial e comercial), com margens comprimidas.
- Concorrência limitada no setor público, onde há barreiras institucionais e técnicas.

A Planalto se destaca nesse último segmento, atuando com:

- Convênios públicos com repasse IPCA;
- Receita contratada por 25 anos;

CONTEXTO SETORIAL E DA COMPANHIA

Implicações para o valuation

O contexto setorial reforça quatro pontos-chave na avaliação econômica da Companhia:

1. Fluxos de caixa altamente previsíveis e contratados, sem dependência de mercado;
2. Modelo blindado contra pressões competitivas, comum a GD privada;
3. Exposição residual a riscos regulatórios e de crédito público, que devem ser refletidos na taxa de desconto;
4. Limitado *upside* de valuation: Como o modelo é baseado em reembolso de custos (sem margem), a avaliação foca no retorno sobre capital já comprometido, e não na lucratividade incremental.

Dessa forma, o método de Fluxo de Caixa Descontado ao Acionista (FCD) é o mais apropriado, pois captura a realidade dos fluxos líquidos disponíveis ao acionista após os reembolsos, sem distorções de múltiplos de mercado inapropriados.

Natureza Não Lucrativa

O modelo contratual veda expressamente a cobrança de qualquer margem de lucro pela operadora (Planalto), caracterizando-se como um arranjo público de eficiência energética com fins de sustentabilidade ambiental e econômica. Essa característica é central para a avaliação do fluxo de caixa projetado, pois implica que os retornos à Companhia correspondem ao reembolso exato de seus custos incorridos, devidamente corrigidos pela inflação (IPCA).

CONTEXTO SETORIAL E DA COMPANHIA

Características operacionais e contratuais da Companhia Avaliada

A Planalto Solar Park S.A. atua no setor de geração de energia renovável, com foco exclusivo em projetos de eficiência energética na modalidade de Geração Distribuída (GD I), conforme o Marco Legal da Geração Distribuída estabelecido pela Lei nº 14.300/2022. Sua operação se dá exclusivamente por meio de convênios firmados com entes da administração pública do Estado de Goiás, os quais são regidos por cláusulas de não lucratividade e orientados pela política pública de descarbonização e racionalização do uso de energia no setor público estadual.

Modelo Operacional

O modelo operacional da Companhia se estrutura em torno da implantação, operação, manutenção e gestão de usinas solares fotovoltaicas, com potências unitárias de 5,0 MW (6,5 MWp), viabilizadas mediante parcerias com entes públicos estaduais (SEDUC, CEASA, UEG). O projeto global contempla três usinas (UFV UEG, UFV CEASA e UFV Cachoeira Dourada), com alocação proporcional da energia e dos custos entre os partícipes.

A energia gerada é injetada na rede da distribuidora e posteriormente compensada nas faturas de energia elétrica das unidades consumidoras dos entes públicos conveniados, no modelo de geração compartilhada via Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE).

Complementarmente, o modelo também contempla o recebimento mensal de 203,792 MWh de energia como contrapartida pela extinção da CGH Mambai, em razão da construção da PCH Mambai II. Esse volume será disponibilizado durante todo o período da concessão da PCH, incluindo possíveis prorrogações, representando uma receita adicional estável. Ademais, as usinas Roma e Solar Power foram concebidas para operar com venda de energia por meio de contratos de longo prazo (PPA – *Power Purchase Agreement*), ampliando a diversificação e previsibilidade dos fluxos de receita da Companhia.

Dessa forma, o modelo da Planalto consolida-se como híbrido, com receitas provenientes tanto da GD convencional via convênios públicos quanto da comercialização direta de energia no mercado regulado e/ou livre, conferindo resiliência, diversificação de receitas e estabilidade ao perfil de retorno projetado.

CONTEXTO SETORIAL E DA COMPANHIA

Características operacionais e contratuais da Companhia Avaliada

Estrutura das UFVs e Conveniadas

A Companhia gerenciará cinco UFVs com 32 MWp instalados, totalizando 56.320 MWh/ano:

Usina	Potência	Localização
UFV Cachoeira Dourada	6,5 MWp	Cachoeira Dourada-GO
UFV UEG	6,5 MWp	Anápolis-GO
UFV CEASA	6,5 MWp	Goiânia-GO
UFV Roma	6,4 MWp	Campo Alegre-GO
UFV Solar Power	6,0 MWp	Terezópolis-GO

Relações Contratuais

A Planalto atuará como executora operacional e financeira do projeto, sucedendo à Companhia CELG de Participações S.A. (CELGPAR), firmando compromissos com os seguintes parceiros institucionais:

- Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Conveniada original e cessionária do terreno para uma das usinas (UFV UEG), com participação de 12,24% no projeto.
- Secretaria de Estado da Educação (SEDUC-GO) – Conveniada por adesão com maior participação (70,02%), focada em compensação de energia para unidades escolares estaduais.
- Centrais de Abastecimento de Goiás (CEASA-GO) – Conveniada com participação de 17,74%, beneficiando suas instalações com redução de custos operacionais com energia.

Os convênios têm vigência de 25 anos, com término previsto para 02/2050.

O contrato envolve:

- Reembolso integral e mensal dos investimentos (CAPEX) e despesas operacionais (OPEX), conforme apuração pela gestora (Planalto) e aprovação dos conveniados.
- Rateio proporcional dos créditos de energia e custos, com base no percentual de participação no projeto total.

CONTEXTO SETORIAL E DA COMPANHIA

Modelo Econômico-Financeiro

Os convênios operam em regime não lucrativo, com reembolso integral de investimentos (CAPEX) e custos operacionais (OPEX) pela Planalto, corrigidos por IPCA/IBGE:

1. Fluxos de Recebimento (PMC = PMCI + PMCO)

Conveniada	% Energia	PMCI (/mês)	PMCO (/mês)	PMC Total (/mês)	Economia Inicial Anual
UEG	11,90%	R\$ 41.193	R\$ 46.277	R\$ 87.470	R\$ 349.880
SEDUC	70,02%	R\$ 243.460	R\$ 271.372	R\$ 514.832	R\$ 1,1 milhão
CEASA	17,74%	R\$ 62.482	R\$ 68.754	R\$ 131.236	R\$ 72.497
Total	100%	R\$ 347.135	R\$ 386.403	R\$ 733.538	R\$ 1,53 milhão

2. Obrigações Operacionais

- **Planalto:**
 - Responsável pela implantação, operação técnica, manutenção preventiva e corretiva, regularização junto aos órgãos reguladores e gestão dos créditos de energia.
 - Apresentação mensal de relatórios operacionais e de prestação de contas com detalhamento dos custos operacionais.
- **Conveniadas:**
 - Cessão de terrenos para implantação (quando aplicável).
 - Pagamento das parcelas mensais correspondentes ao CAPEX e OPEX.
 - Autorização para inclusão/exclusão de Unidades Consumidoras no sistema de compensação.
 - Cooperação para fiscalização e monitoramento do projeto.

CONTEXTO SETORIAL E DA COMPANHIA

3. Gestão de riscos

A estrutura contratual adotada pela Companhia foi concebida para reduzir a exposição a riscos típicos de projetos de geração de energia, concentrando a maior parte da incerteza em riscos de contraparte pública, regulatórios e operacionais, amplamente endereçados nos convênios e planos de trabalho celebrados com UEG, SEDUC e CEASA-GO.

Risco de inadimplência

O risco de crédito decorre de atrasos no pagamento da Parcela Mensal de Custeio (PMC). Os contratos preveem: prazo de 30 dias após o boletim de medição; correção pelo IPCA, multa de 2% e juros de 1% ao mês em caso de atraso; e possibilidade de suspensão da destinação de créditos de energia e, em casos extremos, exclusão da conveniada inadimplente, com realocação futura da energia a outros órgãos públicos.

Risco operacional

O risco operacional está ligado a falhas de equipamentos, eventos climáticos ou vandalismo, que possam reduzir a geração. Para mitigá-lo, a Companhia é responsável pela implantação, operação e manutenção das UFVs, incluindo contratação de seguros, planejamento de manutenções preventivas e corretivas, uso de equipamentos sobressalentes e monitoramento mensal de geração (indicador ENERGIA12M), conforme planos de trabalho.

Risco regulatório e de alocação de energia

A operação depende do marco da geração distribuída (GD I) e da disciplina dos convênios. Mudanças podem afetar a compensação de energia ou a economia obtida pelos órgãos públicos. Os instrumentos reconhecem esse risco e preveem monitoramento regulatório e possibilidade de ajustes na modelagem, além de mecanismos de inclusão de novas conveniadas e revisão quinquenal de percentuais de participação para realocar energia e manter o equilíbrio econômico-financeiro dos projetos.

Risco de término do convênio

Ao final dos 25 anos, ou em hipóteses de extinção antecipada, cessa a compensação de energia e os reembolsos. Nesses casos, os contratos disciplinam a reversão das usinas aos proprietários dos terrenos, livres de ônus, e delimitam claramente a inexistência de direitos adicionais sobre créditos de energia já gerados e não compensados, o que define o horizonte de fluxos de caixa a ser considerado no valuation

PREMISSAS DE AVALIAÇÃO E RESULTADOS

05

Premissas e Resultados

Esta seção tem por finalidade apresentar, de forma estruturada e fundamentada, as premissas macroeconômicas, setoriais e específicas da empresa, além dos parâmetros financeiros utilizados na valoração da Planalto Solar Park S.A. As projeções e cálculos foram construídos com base em informações disponíveis até a data-base de 31 de dezembro de 2025, considerando o contexto econômico nacional, o ambiente regulatório e as particularidades operacionais e contratuais da companhia avaliada. Os resultados incluem a estimativa do valor econômico do negócio (Enterprise Value), do patrimônio líquido (Equity Value), bem como a análise de sensibilidade dos principais vetores de valor.



PREMISSAS DE AVALIAÇÃO

Critérios e premissas gerais

Abordagem metodológica: DCF

- A avaliação econômico-financeira do valor de 100% das ações da Companhia foi baseada na abordagem da renda (método do fluxo de caixa descontado ou DCF), na data-base 31 de dezembro de 2025.
- Os fluxos de caixa livres para a firma (FCFF) foram descontados a valor presente pelo WACC (custo médio ponderado de capital para os provedores de capital da Empresa), e deduzidos de ativos e passivos não operacionais na data-base.

Padrão de valor: valor justo

Moeda e data-base: as projeções de resultados e fluxos de caixa livres para a firma (FCFF) foram preparadas em moeda nominal ou corrente (BRL nominais, correntes), considerando efeitos inflacionários, e data-base 31 de dezembro de 2025.

Taxa de desconto: coerentemente com a moeda de projeção, considerou-se taxa de desconto em termos nominais (com efeitos inflacionários), calculada com base na metodologia do WACC.

Fator de desconto dos fluxos de caixa: considerou-se o critério de “mid-period”

Horizonte de projeção e valor residual: considerou-se projeção até 02/2050 no período explícito. Não utilizamos premissa de perpetuidade/valor residual.

Premissas Macroeconômicas

As premissas macroeconômicas adotadas nesta avaliação visam refletir o ambiente econômico vigente na data-base de 31 de dezembro de 2025, considerando os principais vetores que impactam o desempenho financeiro e o valor da companhia.

	2024	2025P	2026P	2027P	2028P
Inflação					
EUA – CPI	2,9%	3,0%	3,3%	2,8%	2,4%
Brasil					
Atividade econômica					
Crescimento real do PIB	3,4%	2,3%	1,7%	1,7%	1,8%
Inflação					
IPCA	4,8%	4,4%	4,0%	4,0%	3,5%
INPC	4,8%	4,1%	3,8%	4,0%	3,5%
IGP-M	6,5%	-0,9%	3,1%	3,7%	3,5%
Taxa de juros					
Selic – final do ano	12,25%	15,00%	12,75%	11,75%	10,50%
CDI – acumulado no ano	10,84%	14,31%	13,44%	12,03%	10,58%
TJLP (Taxa nominal) – fim de período	7,43%	9,07%	8,05%	7,21%	6,96%
Taxa de câmbio					
BRL / USD – dez	6,18	5,35	5,50	5,70	5,75

PREMISSAS DE AVALIAÇÃO

Premissas operacionais

1. Receita Operacional

A projeção da receita operacional da Planalto Solar Park S.A. contempla três fontes distintas de geração de receitas, com características contratuais e operacionais próprias, refletindo a diversidade e robustez do modelo de negócios:

a. Receita com venda de energia – UFV Roma e UFV Solar Power

As usinas Roma e Solar Power foram consideradas como projetos em regime de comercialização por meio de contratos de compra e venda de energia elétrica (PPA – *Power Purchase Agreement*), com remuneração baseada na energia injetada na rede da distribuidora.

As seguintes premissas foram adotadas:

- UFV Roma: geração anual inicial de 10.020 MWh;
- UFV Solar Power: geração anual inicial de 9.777 MWh;
- Eficiência: considera-se 100% da geração no primeiro ano de operação, com aplicação de degradação mensal de 0,03% a.m. (equivalente a aproximadamente 0,36% a.a.), refletindo perdas progressivas de eficiência típicas de módulos fotovoltaicos ao longo do tempo;
- Tarifa de referência: R\$ 891,81/MWh (base dez/2025), equivalente à tarifa média da distribuidora local;
- Reajuste anual da tarifa: 9,63% a.a., conforme média histórica dos reajustes tarifários aplicados pela distribuidora da região;
- Deságio de comercialização (fator de liquidação): 30% aplicado sobre a tarifa, simulando o valor líquido contratado em PPAs no Ambiente de Contratação Livre (ACL), com perfil de venda bilateral.
- Projeção: dezembro/2045 – vigência do benefício de GDI

Essa estrutura de premissas permite refletir com maior realismo o comportamento operacional e financeiro esperado das usinas, considerando tanto as variáveis técnicas quanto a precificação de mercado.

PREMISSAS DE AVALIAÇÃO

Premissas operacionais

b. Receita compensatória – CGH Mambáí (cessão de energia)

Em decorrência da extinção da CGH Mambáí (alagada para implantação da PCH Mambáí II), a Companhia passou a receber, como compensação, o direito à energia mensal de 203,792 MWh, durante todo o período da concessão remanescente da PCH Mambáí II, com possibilidade de prorrogação.

Para fins de valuation, considerou-se:

- Faturamento base: média histórica dos últimos 12 meses encerrados em dezembro/2025; Atualização monetária: aplicação do IPCA anual, a partir da base projetada;
- Horizonte de recebimento: até novembro de 2034 (término da concessão atual), sem prorrogação.

Essa receita compõe um fluxo previsível, com baixa exposição a risco de mercado ou contraparte, por estar vinculada à obrigação regulatória da empresa concessionária.

c. Receita de reembolso – Convênios Públicos (GD I – SCEE)

A principal fonte de receita da Planalto no modelo de Geração Distribuída com Entes Públicos (GD I) decorre dos reembolsos mensais (Parcelas Mensais de Custeio de Implementação – PMCI) realizados por conveniados públicos (SEDUC, UEG e CEASA-GO).

Esses fluxos referem-se ao pagamento integral, ao longo do tempo, dos investimentos realizados em CAPEX (implantação das usinas), corrigidos por IPCA/IBGE, conforme previsto nos planos de trabalho e termos de adesão.

Premissas adotadas:

- Base de cálculo: saldo acumulado a restituir do CAPEX, atualizado mês a mês por IPCA;
- Prazo de recebimento: até que o valor integral investido seja totalmente reembolsado, considerando os contratos vigentes com prazo de 25 anos (até 02/2050);
- Segregação por conveniada: projeção dos fluxos por conveniada conforme participação contratual (% da energia e % do investimento);
- Forma de cálculo: amortização mensal fixa do CAPEX com atualização monetária.

A receita operacional dos convênios apresenta perfil de fluxo estável e previsível, com baixa inadimplência histórica, uma vez que está associada a órgãos públicos estaduais e garantida por contratos com cláusulas de inadimplemento e compensação.

PREMISSAS DE AVALIAÇÃO

Premissas operacionais

2. Deduções da Receita

Para fins de projeção da receita líquida, as deduções fiscais foram tratadas de forma segmentada, conforme a natureza das receitas e a incidência tributária aplicável em cada caso.

1. Receita de venda de energia (UFVs Roma e Solar Power / Mambai):

Em 2026, foi considerada a tributação no regime de Lucro Real, com incidência de PIS (1,65%) e COFINS (7,6%), totalizando 9,25% sobre a receita bruta.

A partir de 2027, com a implementação da Reforma Tributária, os tributos PIS/COFINS passam a ser gradualmente substituídos pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) com alíquota cheia de 8,8%, enquanto ICMS e ISS serão substituídos pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) com alíquota total estimada de 17,7% (compartilhada entre estados e municípios), conforme estimativas da Receita Federal e do Ministério da Fazenda.

O cronograma de aplicação do IBS prevê uma transição gradual entre 2029 e 2033, com redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISS nas proporções de: 2029: 10%; 2030: 20%; 2031: 30%; 2032: 40%; 2033: 100% de extinção e aplicação do IBS cheio.

Assim, a projeção da dedução tributária da receita foi estruturada ano a ano conforme as alíquotas efetivas de substituição, permitindo coerência com a legislação de transição e refletindo o aumento da carga tributária sobre receita bruta em anos posteriores.

2. Receita de reembolso via convênios públicos (PMCI):

As receitas de Parcelas Mensais de Custeio de Implementação (PMCI), recebidas da SEDUC, CEASA e UEG, não sofrem incidência de PIS/COFINS nem de CBS/IBS, por se tratarem de receitas de reembolso de despesas já incorridas pela Companhia, de natureza indenizatória e não operacional (sem margem de lucro).

3. Créditos de PIS/COFINS e CBS – Base de cálculo:

Para fins de cálculo dos créditos fiscais a serem apropriados no regime não cumulativo, foram considerados como base de incidência os seguintes grupos de contas:

- Custo operacional total das usinas, incluindo O&M, monitoramento, seguros, e despesas técnicas;
- Despesas administrativas relativas a materiais e serviços de terceiros

Essas categorias foram adotadas por serem elegíveis à apropriação de créditos conforme os artigos 3º da Lei 10.833/2003 (PIS/COFINS) e regras análogas previstas para a CBS, uma vez que estão diretamente vinculadas à atividade-fim da companhia.

PREMISSAS DE AVALIAÇÃO

Premissas operacionais

3. Custos operacionais

a. Custos operacionais – UFV Roma e UFV Solar Power

Os custos mensais operacionais dessas unidades foram modelados com base em projeções detalhadas fornecidas pela Companhia, conforme planilha de engenharia econômica, contemplando:

- **Encargo setorial (TUSD Demanda):**
UFV Roma: R\$ 84.230,30/mês
UFV Solar Power: R\$ 76.573,00/mês
Reajuste: 5,5% a.a., refletindo variação média histórica da distribuidora (reajuste tarifário)
- **Arrendamento de terrenos:** Atualizado anualmente pelo **IGPM**, conforme previsto contratualmente
- **O&M – Operação e Manutenção:** Inclui gestão técnica, manutenção preventiva, corretiva e emergencial
UFV Roma: R\$ 18.500,00/mês
UFV Solar Power: R\$ 16.820,00/mês
- **Custos adicionais fixos:** Seguro da usina, segurança patrimonial, internet e utilidades (água).

Todos os custos foram atualizados anualmente por IPCA, refletindo tendência inflacionária projetada no cenário-base.

b. Custos operacionais – UFVs em convênio público

Para as usinas vinculadas aos convênios com SEDUC, CEASA e UEG, os custos operacionais foram projetados com base no histórico consolidado de 2025, considerando a efetiva execução das operações (incluindo manutenção, seguros e monitoramento).

Esses valores foram atualizados ano a ano pelo IPCA.

Importante observar que, nos termos contratuais, esses custos são integralmente reembolsados pela conveniada via PMC (Parcela Mensal de Custeio), de modo que o impacto líquido desses custos no resultado da companhia é nulo. A operação é gerida em regime não lucrativo, conforme o modelo previsto nos Planos de Trabalho.

PREMISSAS DE AVALIAÇÃO

Premissas operacionais

4. Outras Receitas e Despesas gerais e administrativas

A projeção das receitas e despesas operacionais da Planalto Solar Park S.A. foi estruturada com base na reorganização societária e na continuidade das operações da CELGPARG, refletindo a transferência de atividades e responsabilidades para a nova companhia operacional. As premissas detalhadas abaixo visam assegurar consistência técnica, alinhamento com os contratos vigentes e adequada aplicação das normas contábeis.

i. Despesas Gerais e Administrativas (G&A)

As despesas administrativas foram estimadas com base no histórico da CELGPARG, cuja estrutura será parcialmente incorporada pela Planalto, especialmente em relação a serviços de apoio, logística e gestão de contratos. As rubricas consideradas incluem:

- Materiais de consumo e expediente
- Viagens e deslocamentos
- Serviços de terceiros
- Aluguéis e seguros administrativos
- Tributos e taxas diversos
- Contribuições obrigatórias, incluindo encargos da CCEE

A projeção foi realizada considerando reajuste anual exclusivamente pelo IPCA, sem crescimento real adicional, refletindo uma estrutura administrativa estável ao longo do horizonte de avaliação.

ii. Despesas com Pessoal (Estrutura Operacional)

As despesas com pessoal foram estimadas a partir da estrutura de colaboradores que serão formalmente transferidos da CELGPARG para a Planalto a partir de fevereiro de 2025. A metodologia adotada considerou o custo total do emprego formal, incluindo:

PREMISSAS DE AVALIAÇÃO

Premissas operacionais

4. Outras Receitas e Despesas gerais e administrativas

ii. Despesas com Pessoal (Estrutura Operacional)

- Remuneração bruta mensal
- Benefícios corporativos (auxílio alimentação, transporte, assistência médica, etc.)
- INSS (empregado e empregador)
- FGTS (8%)
- Provisões anuais obrigatórias:
- 13º salário
- Férias + 1/3 constitucional
- Encargos sobre essas provisões (INSS + FGTS incidentes sobre férias e 13º)

O montante anual foi calculado com base no consolidado da folha de dezembro/2025 e projetado para os anos seguintes com reajuste anual pelo IPCA acrescido de 1,00% de ganho real, refletindo evolução salarial mínima esperada, compatível com práticas do setor público/infraestrutura.

iii. Remuneração da Administração (Diretoria e Conselho)

Foi projetada a implantação de uma estrutura formal de governança na Planalto, com constituição de diretoria executiva e conselho de administração, conforme o organograma previsto no modelo de governança da companhia pós-incorporação. As despesas associadas incluem:

- Honorários mensais da diretoria estatutária e remuneração do conselho fiscal e administrativo;
- Encargos trabalhistas e previdenciários incidentes, quando aplicáveis

Essas despesas foram estimadas com base nos custos aplicados anteriormente na CELGPAR e frente a estrutura pretendida (5 diretores e 9 conselheiros), atualizadas anualmente pelo IPCA.

PREMISSAS DE AVALIAÇÃO

Premissas operacionais

4. Outras Receitas e Despesas gerais e administrativas

iv. Outras Receitas Operacionais

Incluem-se nesta rubrica duas receitas não recorrentes com natureza de avaliação a valor justo:

- Reavaliação de propriedade para investimento (UFV Cachoeira Dourada): Considerou-se a valorização do terreno classificado contabilmente como ativo de investimento, com atualização anual pelo IPCA, conforme práticas previstas no CPC 28.

v. Depreciação

A projeção das despesas com depreciação foi segmentada por natureza dos ativos e origem contábil, refletindo critérios de reconhecimento compatíveis com as normas contábeis vigentes (CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 06 (R2) – Arrendamentos), conforme descrito abaixo:

- Depreciação dos Bens Administrativos (Ativo Imobilizado – CELGPARG): Foi considerada a depreciação mensal dos bens administrativos (mobiliário, equipamentos, TI, etc.) atualmente registrados na CELGPARG, os quais serão integralizados ao capital social da Planalto no contexto da reorganização societária. A depreciação foi calculada com base na vida útil estimada de cada classe de ativo, conforme práticas contábeis e tabela de taxas referenciais da Receita Federal, aplicando-se as alíquotas anuais correspondentes a cada grupo patrimonial.
- Depreciação do Direito de Uso – Arrendamentos UFV Roma e Solar Power: A Planalto reconhece ativos de direito de uso originados dos contratos de arrendamento dos terrenos das UFVs Roma e Solar Power, conforme previsto no CPC 06 (R2). A despesa mensal de depreciação foi projetada com base no prazo contratual de arrendamento de cada empreendimento, iniciando-se na data de operação e se estendendo até o término contratual, conforme condições previamente pactuadas.
- Depreciação do Imobilizado – Usinas Roma e Solar Power: Foi projetada a depreciação dos ativos imobilizados correspondentes às UFVs Roma e Solar Power com base no valor contábil do investimento em infraestrutura e equipamentos. O prazo de depreciação foi definido até dezembro de 2045, coincidindo com o término do período de vigência do benefício regulatório de enquadramento no sistema de compensação de energia (GD I), nos termos da Lei 14.300/2022.

PREMISSAS DE AVALIAÇÃO

Premissas operacionais

5. Resultado Financeiro

- **Despesas Financeiras:** As despesas financeiras foram projetadas com base no histórico de tarifas bancárias e encargos diversos da CELGPAR. Considerando a natureza da Planalto como empresa operacional sem endividamento relevante no horizonte de projeção, não foram incluídas despesas com juros sobre passivos financeiros. A partir de 2026, os valores históricos foram atualizados anualmente pelo IPCA, de forma conservadora, refletindo a manutenção dos serviços financeiros utilizados e o crescimento marginal dos custos bancários ao longo do tempo.

- **Receitas Financeiras:** As receitas financeiras foram segmentadas em três fontes distintas, conforme a origem contratual e a natureza contábil:

I. Receita de Mútuo com a Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Corresponde à remuneração financeira sobre o saldo devedor do contrato de mútuo firmado em 17 de setembro de 2014 com a atual Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (antiga Celg D – CNPJ 01.543.032/0001-04). O contrato está registrado pelo valor contábil de R\$ 31.332.754,17, com atualização a uma taxa contratual de 6,8% ao ano. A projeção considerou:

- Manutenção do contrato com base no valor contábil até a liquidação;
- Amortização estimada entre os anos de 2026 e 2027;
- Reconhecimento de receita financeira proporcional ao saldo devedor remanescente.

II. Receita de Aplicações Financeiras sobre Caixa Mínimo

Considerou-se que a Companhia manterá um caixa mínimo operacional de R\$ 100 mil, com rentabilidade líquida sobre aplicações financeiras conservadoras. Foi adotada a seguinte premissa:

- Rendimento = 97% do CDI médio nominal, estimado em linha com a média histórica de fundos DI e CDBs;
- Reconhecimento mensal da receita financeira proporcional ao saldo de caixa mínimo.

PREMISSAS DE AVALIAÇÃO

Premissas operacionais

5. Resultado Financeiro

- **Receitas Financeiras:**

- III. Receita Financeira dos Convênios Públicos (PMCI)

Essa receita tem origem na atualização monetária (IPCA) incidente sobre o saldo a restituir dos investimentos em CAPEX vinculados aos convênios com SEDUC, CEASA e UEG. A atualização compõe a parcela mensal recebida (PMCI), conforme previsto contratualmente, e representa componente financeiro do valor original do investimento. A receita foi calculada com base:

- No saldo acumulado a restituir (por convênio);
- IPCA médio projetado (fonte: Boletim Focus – Banco Central); Reconhecimento mensal proporcional ao valor a receber.

6. CAPEX

- **CAPEX (retrofit):** Não há previsão de expansão da capacidade instalada no horizonte do modelo. Os investimentos classificados como CAPEX referem-se exclusivamente a intervenções de retrofit/manutenção de longo prazo, necessárias para preservar a vida útil dos ativos e manter a capacidade operacional das UFVs, sem alteração da potência instalada.

7. IR/CS (Imposto de Renda e Contribuição Social)

- Regime tributário: lucro real.
- Alíquota combinada: 34%
- Prejuízo fiscal: não considerado.

PREMISSAS DE AVALIAÇÃO

Premissas operacionais

8. Capital de Giro

Ativo Operacional

- Contas a receber: correspondem a valores a receber dos contratos de PPA (Roma e Solar Power) e geração compensada (Mambai), com prazo médio de recebimento de 60 dias;
- Tributos a recuperar / compensáveis: créditos de PIS/COFINS e outros tributos operacionais com prazo médio estimado de compensação de 30 dias;
- Outros ativos: incluídos na análise por representarem valores vinculados aos reembolsos mensais dos convênios públicos (PMCI), sendo, portanto, operacionalmente relevantes. Foram tratados com o mesmo prazo de realização de 60 dias.

Passivo Operacional

- Fornecedores: relacionados a compras e serviços operacionais, com prazo médio de pagamento de 30 dias;
- Tributos a pagar: inclui tributos incidentes sobre folha, faturamento e operações correntes, com prazo médio de recolhimento de 30 dias.
- Obrigações sociais e trabalhistas não foram incluídas na modelagem de saldo de capital de giro, considerando que os respectivos pagamentos (salários, encargos e benefícios) são integralmente liquidados dentro do próprio mês de competência, não gerando saldo acumulado relevante no passivo;

O capital de giro foi estimado com base no modelo de variação da NCG, projetando-se os saldos com base nas premissas de prazo médio e evolução das receitas operacionais e custos variáveis;

A variação anual do capital de giro foi refletida diretamente no fluxo de caixa livre (FCFF), como ajuste de necessidade ou liberação de recursos operacionais;

PREMISSAS DE AVALIAÇÃO

Projeções financeiras | Fluxos de Caixa

Discounted FCFF – R\$ mil

Cash Flow Statement	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037
EBIT	(3.310)	(4.481)	(4.075)	(3.732)	(3.369)	(2.769)	(2.213)	(3.077)	(2.310)	(1.827)	(750)	476
IR sobre EBIT (ajustado)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NOPAT	2.404	2.263	2.533	2.752	2.921	3.041	3.264	3.570	3.742	4.079	4.243	4.595
Depreciação e Amortização	1.867	1.859	1.859	1.839	1.833	1.734	1.732	1.711	1.705	1.705	1.704	1.704
CAPEX	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação do Capital de Giro	536	404	674	913	1.089	1.307	1.532	1.858	2.037	2.374	2.539	2.890
FCFF	(907)	(2.218)	(1.542)	(980)	(448)	272	1.051	493	1.432	2.251	3.493	5.071
Number of Months per Period	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
Period	0,5	1,5	2,5	3,5	4,5	5,5	6,5	7,5	8,5	9,5	10,5	11,5
Discount Factor	0,94	0,83	0,73	0,64	0,56	0,50	0,44	0,38	0,34	0,30	0,26	0,23
VP do FCFF (Período explícito de projeção)	(851)	(1.832)	(1.122)	(628)	(252)	135	460	190	485	672	918	1.173
VP (Σ FCFF descontados)	8.940											
Taxa de crescimento perpétua (g)	0%											
WACC	13,57%											
Valor Terminal (TV)	0											
TV descontado a valor presente	0											
Somatório dos FCFFs	8.940											
Valor Presente Total (Enterprise Value)	8.940											
NOPs	38.053											
Aportes de capital (2026)	10.400											
Valor do Patrimônio (Equity Value) post Money	57.392											

PREMISSAS DE AVALIAÇÃO

Projeções financeiras | Fluxos de Caixa

Discounted FCFF – R\$ mil

Cash Flow Statement	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	02/2050
EBIT	1.867	3.441	5.216	6.443	8.690	11.208	14.027	17.179	(22.838)	(26.834)	(27.866)	(28.922)	(4.775)
IR sobre EBIT (ajustado)	-	-	-	-	(360)	(1.121)	(1.981)	(2.949)	-	-	-	-	-
NOPAT	4.921	5.266	1.755	6.765	7.197	7.638	8.099	8.587	15.526	7.995	8.691	9.382	3.004
Depreciação e Amortização	1.704	1.703	1.703	2.474	2.472	2.472	2.472	2.472	90	90	90	90	15
CAPEX	-	-	(3.878)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação do Capital de Giro	3.217	3.563	3.930	4.291	4.725	5.166	5.627	6.115	15.436	7.905	8.601	9.292	2.989
FCFF	6.788	8.707	6.971	13.208	15.527	17.725	20.145	22.816	(7.312)	(18.839)	(19.174)	(19.541)	(1.771)
Number of Months per Period	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	2
Period	12,5	13,5	14,5	15,5	16,5	17,5	18,5	19,5	20,5	21,5	22,5	23,50	23,58
Discount Factor	0,20	0,18	0,16	0,14	0,12	0,11	0,09	0,08	0,07	0,06	0,06	0,05	0,05
VP do FCFF (Período explícito de projeção)	1.383	1.562	1.101	1.837	1.901	1.911	1.912	1.907	(538)	(1.221)	(1.094)	(982)	(88)

Nota Geral

O presente laudo de avaliação foi elaborado com base na premissa de que os ativos indicados no Laudo Contábil emitido em 16 de janeiro de 2025 serão integralizados ao capital social da Planalto Solar Park S.A., conforme processo de reestruturação societária em andamento. Além disso, foram consideradas as demais premissas operacionais informadas pela Companhia, cuja efetivação encontra-se em curso, tais como a transferência da folha de pagamento, cessão de contratos operacionais e demais eventos estruturantes que consolidarão a Planalto como veículo operacional e financeiro do projeto.

PREMISSAS DE AVALIAÇÃO

Resultado da avaliação

O quadro a seguir mostra os resultados obtidos para a avaliação econômico-financeira da Planalto Solar Park S.A., calculados com base no DCF na data-base 31 de dezembro de 2025:

Data-base: 31/12/2025

Valor justo (BRL mil)	WACC-Δ	WACC	WACC+Δ
Tx Desconto: WACC [% a.a]	12,57%	13,57%	14,57%
VP Fluxos de caixa projetados	10.462	8.940	7.591
VP Fluxos de caixa (Enterprise Value)	10.462	8.940	7.591
Ativos e passivos não-operacionais	48.453	48.453	48.453
Ajustes não operacionais	48.453	48.453	48.453
Equity Value 100% da Companhia	58.914	57.392	56.044

Nota ¹ : Embora o aporte de R\$ 10.400 esteja refletido na posição contábil da companhia, seu benefício econômico integral ainda não foi capturado pelo fluxo de caixa projetado. Assim, foi tratado como ajuste ao patrimônio líquido para fins de cálculo do valor final da companhia.

NOPs

O quadro a seguir mostra os ativos e passivos não operacionais (NOPs), conforme dados contábeis da empresa, na data-base da análise:

Ativos e Passivos não operacionais	R\$ mil
Ativos não operacionais	45.717
• Caixa e equivalentes de caixa	42
• Aportes de capital ¹	10.400
• Empréstimos a receber	31.333
• Outros	205
• Propriedade para investimento	1.270
• Direito de uso	2.467
Passivos não operacionais	(2.736)
• Passivo de arrendamento	(2.736)
NOPs	48.453

Estes itens não-operacionais foram somados ao valor presente líquido dos fluxos de caixa projetados (valor da firma) para se obter o valor justo do *equity value* (valor para 100% das ações), na data-base.

ANEXOS

06

Anexos

Demonstrações financeiras utilizadas;
Tabelas auxiliares de cálculo (WACC);



WACC

1. Parâmetros da Estrutura de Capital

Item	Comentário	Valor	Observações
Participação da dívida (D/V)	D / (D+E)	40%	Estrutura-alvo considerada para projetos com fluxo previsível e longo prazo, típica do setor de infraestrutura. Parcela de capital próprio ajustada a benchmarks setoriais.
Participação do equity (E/V)	E / (D+E)	60%	

2. Custo da Dívida (Kd)

Item	Comentário	Valor	
Custo nominal da dívida	CDI longo prazo	10,39%	Média dos contratos de dívida privada para empresas com perfil de risco institucional, conforme curva DI futura. Projeção do negócio no regime de Lucro Real Cálculo: $K_d \times (1 - IR)$, refletindo benefício fiscal da dívida. Premissa conservadora.
Alíquota efetiva de IR/CSLL	IR + CSLL efetivos / média projeções	34%	
Custo da dívida líquido		6,86%	

3. Custo do Capital Próprio (Ke) – Modelo CAPM

Item	Comentário	Valor	
Taxa livre de risco (R_f)	NTN-B longo prazo	10,27%	NTN-F longa (2035), representando retorno soberano em BRL em 31/12/2025. Fonte: Tesouro Nacional. ERP global, conforme Damodaran e reflete retorno esperado em mercados maduros. Damodaran jan/2026. Ajuste específico para risco soberano Brasil. Benchmark para setor de energia renovável (solar, GD). Fonte: Damodaran/Bloomberg. Recalculado com base na estrutura-alvo (D/E = 40/60). Fórmula: $\beta = \beta_d \times [1 + (1 - IR) \times D/E]$. Modelo CAPM ajustado
ERP – Prêmio de risco de mercado	Damodaran (ERP Global)	5,63%	
CRP – Risco País	Damodaran	3,24%	
Beta desalavancado	Damodaran	0,56	
Beta realavancado	Com estrutura de capital-alvo	0,81	
Custo do capital próprio		18,05%	

4. Cálculo do WACC

Item	Comentário	Valor	
Parcela dívida	D/V · Kd · (1-IR)	2,74%	40% × 6,86%. Representa contribuição do custo da dívida ao WACC. 60% × 18,05%. Representa contribuição do capital próprio ao WACC.
Parcela equity	E/V · Ke	10,83%	
WACC final		13,57%	

PROJEÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

DRE	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037
Receita bruta	17.442	17.887	19.236	20.687	22.256	24.078	26.063	28.227	30.482	32.409	35.196	38.239
Receita – PCH Mambai	571	594	615	634	653	672	691	711	626	-	-	-
Receita UFVs Roma e Solar Power	12.504	13.079	14.241	15.507	16.885	18.510	20.291	22.244	24.385	26.732	29.305	32.126
Contrato convênio – UFVs	4.368	4.214	4.380	4.547	4.718	4.896	5.080	5.272	5.471	5.677	5.891	6.113
Impostos sobre a receita	(1.209)	(800)	(887)	(1.165)	(1.505)	(1.921)	(2.410)	(4.480)	(4.957)	(5.342)	(5.950)	(6.621)
Aliquota efetiva	9,25%	5,85%	5,97%	7,22%	8,58%	10,02%	11,49%	19,52%	19,82%	19,98%	20,30%	20,61%
PIS/COFINS	(1.123)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CBS	(77)	(791)	(877)	(970)	(1.074)	(1.198)	(1.336)	(1.488)	(1.646)	(1.774)	(1.976)	(2.199)
IBS	(9)	(9)	(10)	(195)	(432)	(723)	(1.075)	(2.992)	(3.311)	(3.568)	(3.974)	(4.422)
Receita líquida	16.233	17.087	18.350	19.522	20.750	22.157	23.652	23.747	25.525	27.067	29.246	31.618
Custos	(2.990)	(3.138)	(3.289)	(3.456)	(3.624)	(3.800)	(3.986)	(4.180)	(4.385)	(4.600)	(4.826)	(5.063)
Serviços de terceiros e O&M	(2.990)	(3.138)	(3.289)	(3.456)	(3.624)	(3.800)	(3.986)	(4.180)	(4.385)	(4.600)	(4.826)	(5.063)
O&M UFVs Convênio	(5.119)	(5.325)	(5.512)	(5.685)	(5.857)	(6.029)	(6.201)	(6.373)	(6.545)	(6.718)	(6.890)	(7.062)
(-) Reembolsos	5.119	5.325	5.512	5.685	5.857	6.029	6.201	6.373	6.545	6.718	6.890	7.062
Lucro bruto	13.243	13.949	15.061	16.067	17.127	18.356	19.667	19.567	21.140	22.467	24.420	26.555
Margem bruta												
Receitas/Despesas operacionais	(14.687)	(16.570)	(17.277)	(17.960)	(18.663)	(19.392)	(20.148)	(20.932)	(21.746)	(22.590)	(23.466)	(24.375)
Gerais e administrativas	(2.103)	(2.188)	(2.265)	(2.336)	(2.406)	(2.477)	(2.548)	(2.619)	(2.689)	(2.760)	(2.831)	(2.902)
Pessoal (Planalto e Cedidos)	(19.094)	(21.913)	(22.965)	(23.998)	(25.078)	(26.206)	(27.386)	(28.618)	(29.906)	(31.252)	(32.658)	(34.128)
Administradores (Diretoria e Conselhos)	(5.944)	(6.757)	(7.013)	(7.259)	(7.513)	(7.776)	(8.048)	(8.320)	(8.621)	(8.923)	(9.235)	(9.558)
(-) Reembolso de pessoal (Cedidos)	12.403	14.234	14.917	15.588	16.290	17.023	17.789	18.589	19.426	20.300	21.214	22.168
Outras receitas/despesas	52	53	48	44	44	44	44	44	44	44	44	44
EBITDA	(1.443)	(2.621)	(2.216)	(1.893)	(1.536)	(1.036)	(481)	(1.366)	(605)	(123)	954	2.180
Margem EBITDA	(8,89%)	(15,34%)	(12,08%)	(9,70%)	(7,40%)	(4,67%)	(2,03%)	(5,75%)	(2,37%)	(0,45%)	3,26%	6,90%
Depreciação e amortização	(1.867)	(1.859)	(1.859)	(1.839)	(1.833)	(1.734)	(1.732)	(1.711)	(1.705)	(1.705)	(1.704)	(1.704)
Depreciação	(1.867)	(1.859)	(1.859)	(1.839)	(1.833)	(1.734)	(1.732)	(1.711)	(1.705)	(1.705)	(1.704)	(1.704)
EBIT (ajustado gerencial)	(3.310)	(4.481)	(4.075)	(3.732)	(3.369)	(2.769)	(2.213)	(3.077)	(2.310)	(1.827)	(750)	476
(-) Contrato de convênio	(4.368)	(4.214)	(4.380)	(4.547)	(4.718)	(4.896)	(5.080)	(5.272)	(5.471)	(5.677)	(5.891)	(6.113)
EBIT (contábil)	(7.679)	(8.695)	(8.455)	(8.279)	(8.087)	(7.665)	(7.293)	(8.349)	(7.781)	(7.504)	(6.641)	(5.637)
Resultado financeiro	5.214	5.823	7.675	8.503	8.434	8.991	9.602	10.299	11.046	11.852	12.766	13.802
Despesas financeiras	(277)	(275)	(273)	(271)	(268)	(265)	(262)	(258)	(254)	(249)	(244)	(239)
Receita financeira	5.759	6.098	7.948	8.774	8.702	9.256	9.864	10.557	11.300	12.102	13.010	14.041
(-) Pis/Cofins	(268)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EBT	(2.464)	1.342	3.599	4.771	5.065	6.222	7.390	7.222	8.736	10.025	12.016	14.279
Impostos sobre a renda	-	(437)	(1.206)	(1.604)	(1.703)	(2.095)	(2.491)	(2.433)	(2.946)	(3.383)	(4.058)	(4.825)
Aliquota efetiva	0%	33%	33%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
IR/CS	-	(437)	(1.206)	(1.604)	(1.703)	(2.095)	(2.491)	(2.433)	(2.946)	(3.383)	(4.058)	(4.825)
Lucro líquido	(2.464)	905	2.394	3.167	3.362	4.126	4.898	4.789	5.790	6.642	7.958	9.453
Margem líquida	-	5,30%	13,05%	16,22%	16,20%	18,62%	20,71%	20,17%	22,68%	24,54%	27,21%	29,90%

PROJEÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

DRE	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	02/2050
Receita bruta	41.562	45.192	49.157	53.489	58.223	63.398	69.055	75.241	8.547	8.876	9.223	9.599	1.647
Receita – PCH Mambai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita UFVs Roma e Solar Power	35.218	38.608	42.324	46.397	50.863	55.759	61.126	67.009	-	-	-	-	-
Contrato convênio – UFVs	6.344	6.584	6.833	7.091	7.360	7.639	7.930	8.232	8.547	8.876	9.223	9.599	1.647
Impostos sobre a receita	(7.361)	(8.176)	(9.074)	(10.063)	(11.152)	(12.351)	(13.671)	(15.122)	-	-	-	-	-
Aliquota efetiva	20,90%	21,18%	21,44%	21,69%	21,93%	22,15%	22,36%	22,57%	-	-	-	-	-
PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CBS	(2.444)	(2.715)	(3.013)	(3.342)	(3.703)	(4.101)	(4.540)	(5.022)	-	-	-	-	-
IBS	(4.916)	(5.461)	(6.061)	(6.721)	(7.449)	(8.250)	(9.131)	(10.101)	-	-	-	-	-
Receita líquida	34.201	37.016	40.083	43.426	47.071	51.047	55.385	60.119	8.547	8.876	9.223	9.599	1.647
Custos	(5.312)	(5.574)	(5.849)	(6.138)	(6.443)	(6.762)	(7.098)	(7.451)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros e O&M	(5.312)	(5.574)	(5.849)	(6.138)	(6.443)	(6.762)	(7.098)	(7.451)	-	-	-	-	-
O&M UFVs Convênio	(7.234)	(7.406)	(7.578)	(7.751)	(7.923)	(8.095)	(8.267)	(8.439)	(8.611)	(8.784)	(8.956)	(9.128)	(1.526)
(-) Reembolsos	7.234	7.406	7.578	7.751	7.923	8.095	8.267	8.439	8.611	8.784	8.956	9.128	1.526
Lucro bruto	28.889	31.442	34.233	37.287	40.629	44.285	48.287	52.668	8.547	8.876	9.223	9.599	1.647
Margem bruta													
Receitas/Despesas operacionais	(25.318)	(26.298)	(27.314)	(28.370)	(29.467)	(30.605)	(31.788)	(33.017)	(31.295)	(35.620)	(36.998)	(38.431)	(6.407)
Gerais e administrativas	(2.972)	(3.043)	(3.114)	(3.184)	(3.255)	(3.326)	(3.397)	(3.467)	(3.538)	(3.609)	(3.680)	(3.750)	(627)
Pessoal (Planalto e Cedidos)	(35.663)	(37.268)	(38.945)	(40.698)	(42.529)	(44.443)	(46.443)	(48.533)	(50.717)	(52.999)	(55.384)	(57.876)	(9.646)
Administradores (Diretoria e Conselhos)	(9.893)	(10.239)	(10.598)	(10.968)	(11.352)	(11.750)	(12.161)	(12.587)	(10.029)	(13.483)	(13.955)	(14.443)	(2.407)
(-) Reembolso de pessoal (Cedidos)	23.166	24.208	25.298	26.436	27.626	28.869	30.168	31.525	32.944	34.427	35.976	37.595	6.266
Outras receitas/despesas	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44	7
EBITDA	3.571	5.144	6.919	8.917	11.162	13.680	16.499	19.651	(22.748)	(26.744)	(27.776)	(28.832)	(4.760)
Margem EBITDA	10,44%	13,90%	17,26%	20,53%	23,71%	26,80%	29,79%	32,69%	(266,15%)	(301,29%)	(301,16%)	(300,38%)	(288,98%)
Depreciação e amortização	(1.704)	(1.703)	(1.703)	(2.474)	(2.472)	(2.472)	(2.472)	(2.472)	(90)	(90)	(90)	(90)	(15)
Depreciação	(1.704)	(1.703)	(1.703)	(2.474)	(2.472)	(2.472)	(2.472)	(2.472)	(90)	(90)	(90)	(90)	(15)
EBIT (ajustado gerencial)	1.867	3.441	5.216	6.443	8.690	11.208	14.027	17.179	(22.838)	(26.834)	(27.866)	(28.922)	(4.775)
(-) Contrato de convênio	(6.344)	(6.584)	(6.833)	(7.091)	(7.360)	(7.639)	(7.930)	(8.232)	(8.547)	(8.876)	(9.223)	(9.599)	(1.647)
EBIT (contábil)	(4.477)	(3.143)	(1.617)	(649)	1.330	3.568	6.097	8.947	(31.385)	(35.710)	(37.089)	(38.521)	(6.422)
Resultado financeiro	14.994	16.368	17.946	19.559	21.438	23.807	26.502	29.570	33.056	35.888	37.414	38.549	6.648
Despesas financeiras	(232)	(226)	(218)	(209)	(200)	(190)	(178)	(165)	(151)	(136)	(119)	(100)	(15)
Receita financeira	15.227	16.594	18.164	19.769	21.638	23.997	26.680	29.735	33.207	36.023	37.532	38.649	6.664
(-) Pis/Cofins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EBT	16.861	19.809	23.162	26.002	30.128	35.015	40.529	46.748	10.218	9.054	9.548	9.626	1.873
Impostos sobre a renda	(5.701)	(6.701)	(7.838)	(8.801)	(10.201)	(11.859)	(13.729)	(15.840)	(3.414)	(3.013)	(3.175)	(3.211)	(610)
Aliquota efetiva	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	33%	33%	33%	33%	33%
IR/CS	(5.701)	(6.701)	(7.838)	(8.801)	(10.201)	(11.859)	(13.729)	(15.840)	(3.414)	(3.013)	(3.175)	(3.211)	(610)
Lucro líquido	11.160	13.108	15.323	17.201	19.927	23.156	26.799	30.909	6.803	6.041	6.373	6.415	1.263
Margem líquida	32,63%	35,41%	38,23%	39,61%	42,33%	45,36%	48,39%	51,41%	79,60%	68,05%	69,10%	66,83%	76,69%

PROJEÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial

BP	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037
Ativo	167.440	175.562	176.466	178.925	182.140	185.527	189.708	194.664	199.601	205.451	212.134	220.168	229.705
Ativo circulante	24.267	48.821	52.130	57.349	63.585	70.208	77.762	86.343	95.154	105.157	116.301	129.119	143.786
Caixa e equivalentes	42	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Aplicações financeiras	0	26.807	44.587	49.419	55.244	61.432	68.502	76.565	84.822	94.248	104.861	116.950	130.882
Contas a receber	97	2.149	2.248	2.442	2.653	2.883	3.153	3.449	3.773	4.112	4.394	4.817	5.281
Tributos compensáveis	612	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos a receber	16.664	14.711	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	6.851	5.054	5.195	5.389	5.587	5.793	6.007	6.228	6.459	6.698	6.946	7.252	7.524
Não circulante	143.173	126.740	124.336	121.575	118.555	115.319	111.945	108.321	104.447	100.293	95.834	91.049	85.919
Outros ativos	91.641	91.668	91.047	90.074	88.827	87.359	85.656	83.700	81.477	78.968	76.155	73.018	69.538
Impostos diferidos	83	107	130	152	173	194	213	231	247	263	276	288	298
Empréstimos a receber	14.668	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades para investimento	1.270	1.322	1.375	1.423	1.468	1.512	1.557	1.601	1.645	1.690	1.734	1.779	1.823
Imobilizado e Intangível	33.044	31.267	29.498	27.729	25.980	24.238	22.594	20.953	19.331	17.717	16.102	14.488	12.874
Ativo de direito de uso	2.467	2.377	2.287	2.197	2.107	2.016	1.926	1.836	1.746	1.656	1.566	1.476	1.386
Passivo	167.440	175.562	176.466	178.925	182.140	185.527	189.708	194.664	199.601	205.451	212.134	220.168	229.705
Passivo circulante	357	566	590	683	762	821	912	1.011	1.205	1.314	1.412	1.549	1.700
Fornecedores	284	419	438	456	476	496	516	537	559	581	605	629	655
Passivo de arrendamento	45	47	49	52	55	58	61	65	70	74	80	86	92
Obrigações sociais e trabalhistas	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos a pagar	14	101	103	174	231	267	335	408	576	659	727	834	954
Passivo não circulante	2.691	2.669	2.644	2.616	2.586	2.552	2.515	2.474	2.428	2.378	2.323	2.262	2.194
Passivo de Arrendamento	2.691	2.669	2.644	2.616	2.586	2.552	2.515	2.474	2.428	2.378	2.323	2.262	2.194
Patrimônio Líquido	164.391	172.327	173.232	175.626	178.792	182.154	186.281	191.179	195.968	201.758	208.400	216.358	225.811
Capital social	166.366	176.766	176.766	176.766	176.766	176.766	176.766	176.766	176.766	176.766	176.766	176.766	176.766
Prejuízos acumulados	(1.975)	(1.975)	(4.439)	(3.534)	(1.140)	2.026	5.388	9.515	14.413	19.202	24.992	31.634	39.592
Resultado do período	-	(2.464)	905	2.394	3.167	3.362	4.126	4.898	4.789	5.790	6.642	7.958	9.453

PROJEÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial

BP	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	02/2050
Ativo	240.958	254.170	269.609	286.910	306.975	330.290	357.265	388.370	392.120	397.967	404.175	410.443	411.732
Ativo circulante	160.537	179.637	197.500	222.316	250.360	282.151	318.129	358.796	370.321	384.577	399.881	407.613	408.912
Caixa e equivalentes	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Aplicações financeiras	146.843	165.092	182.041	205.872	232.854	263.500	298.241	337.572	359.727	373.578	388.445	404.070	408.315
Contas a receber	5.789	6.346	6.957	7.627	8.361	9.166	10.048	11.015	0	0	0	0	0
Tributos compensáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	7.805	8.098	8.402	8.717	9.045	9.386	9.740	10.109	10.494	10.899	11.336	3.443	497
Não circulante	80.421	74.533	72.109	64.595	56.615	48.139	39.136	29.574	21.799	13.390	4.294	2.830	2.820
Outros ativos	65.692	61.458	56.812	51.728	46.179	40.138	33.574	26.455	18.746	10.409	1.390	0	0
Impostos diferidos	305	311	313	313	309	302	290	275	254	228	197	169	166
Empréstimos a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades para investimento	1.868	1.912	1.957	2.001	2.045	2.090	2.134	2.179	2.223	2.268	2.312	2.357	2.364
Imobilizado e Intangível	11.260	9.647	11.912	9.528	7.146	4.764	2.382	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)
Ativo de direito de uso	1.296	1.206	1.116	1.025	935	845	755	665	575	485	395	305	290
Passivo	240.958	254.170	269.609	286.910	306.975	330.290	357.265	388.370	392.120	397.967	404.175	410.443	411.732
Passivo circulante	1.868	2.055	2.262	2.463	2.712	2.994	3.306	3.652	766	756	747	694	729
Fornecedores	681	708	737	766	797	829	863	897	291	297	302	308	314
Passivo de arrendamento	99	107	116	125	136	147	160	175	191	208	179	118	110
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos a pagar	1.089	1.240	1.409	1.572	1.779	2.017	2.283	2.580	285	251	265	268	305
Passivo não circulante	2.119	2.037	1.945	1.844	1.733	1.610	1.473	1.323	1.157	973	818	724	715
Passivo de Arrendamento	2.119	2.037	1.945	1.844	1.733	1.610	1.473	1.323	1.157	973	818	724	715
Patrimônio Líquido	236.971	250.078	265.402	282.603	302.530	325.686	352.485	383.394	390.198	396.238	402.611	409.025	410.289
Capital social	176.766	176.766	176.766	176.766	176.766	176.766	176.766	176.766	176.766	176.766	176.766	176.766	176.766
Prejuízos acumulados	49.045	60.205	73.312	88.636	105.837	125.764	148.920	175.720	206.628	213.432	219.472	225.845	232.259
Resultado do período	11.160	13.108	15.323	17.201	19.927	23.156	26.799	30.909	6.803	6.041	6.373	6.415	1.263



TSC Advisory

☎ (47) 99217-6721

✉ tatiane@tscadvisory.com.br

📍 Blumenau – Santa Catarina